

# CULTURAL, MULTICULTURAL, INTERCULTURAL: O PORTUGUÊS COMO SEGUNDA LÍNGUA PARA ESTRANGEIROS

Rosa Marina de Brito Meyer  
(Pontifícia Universidade Católica/RJ)

## RESUMO

A descrição e o ensino-aprendizado do português como segunda língua para estrangeiros (PL2E) não pode se limitar às questões formais da língua, mas deve levar em consideração aspectos da *cultura subjetiva* de nossa sociedade, questões essas que afloram em *ambientes multiculturais*. Para que o ensino do PL2E nesse tipo de situação seja eficaz, é preciso, ainda, que aspectos de *competência intercultural* sejam considerados, para que o aprendiz possa adequadamente inserir-se com sucesso no grupo de falantes da língua alvo. Exemplos de questões lexicais, morfo-sintáticas, interacionais e culturais extra-linguísticas são apresentados.

**PALAVRAS-CHAVE:** Português como segunda língua para estrangeiros (PL2E); cultura; ambiente multicultural; interculturalismo

A Ciência Linguística nos ensinou, no século XX, que língua e cultura são interdependentes, indissociáveis e mantêm entre si uma relação dialética. Que língua e cultura compõem a base formadora da identidade de cada grupo social, portanto, não há dúvida. A questão que nos move aqui é identificar quais aspectos da língua e da cultura são especialmente relevantes quando essa mesma língua é tomada como uma segunda língua, a ser aprendida por falantes nativos de outras línguas. Para isso, não podemos apenas considerar língua e cultura de forma ampla; precisamos buscar especificidades que ponham em cheque relações interpessoais em situações multi e interculturais.

No processo da aquisição ou do ensino-aprendizagem de uma segunda língua (L2)<sup>1</sup>, o falante de qualquer língua materna (L1) precisa não somente aprender as estruturas gramaticais da língua-alvo, mas também os padrões culturais da mesma. Nesse processo, não deixa de se apoiar nas suas língua e cultura nativas, única referência identitária conhecida até então; porém, ao mesmo tempo, modifica a sua relação com essa sua origem, por influência das novas significações que a nova língua lhe apresenta.

Se não precisamos, aqui, discorrer sobre o conceito de língua - entendida como o sistema linguístico que serve de canal de comunicação entre os falantes de um grupo social determinado -, precisamos tecer considerações acerca do conceito de cultura. Termo amplo, controvertido, *cultura* pode ser entendido de diferentes formas. Pensando-se num sentido pouco frequente hoje, significaria acumulação de conhecimento, erudição: “Ele é um homem de cultura admirável”; mas vou arriscar propor que essa acepção morreu junto com o fim do culto ao conhecimento enciclopédico. Pode significar o conjunto de produtos oriundos de uma sociedade: a literatura, as artes plásticas, a culinária, a arquitetura, etc; esse é talvez o sentido mais frequentemente utilizado num tempo em que a globalização midiática exporta saberes locais, tornando-os mundialmente compartilhados. Mas pode significar também um tipo de manifestação social pouco reconhecido, muitas vezes sequer conhecido: os valores, a moralidade, os comportamentos, os (pre)conceitos, as formas de interação, enfim, todo um conjunto de componentes formadores da base identitária de cada grupo social. A esses componentes chamamos *Cultura Subjetiva*<sup>2</sup>.

Nesse contexto, então, *cultura* não se refere aos produtos concretos de um grupo social. Esses são, sem dúvida, componentes importantes do que entendemos como uma “língua de civilização”, ou seja, uma língua cujos falantes constroem e oferecem à humanidade objetos, elementos que a definem e identificam. Esses produtos, tomados coletivamente, compõem o que pode ser chamado de *cultura objetiva*.

A cultura subjetiva de cada grupo tem relação intrínseca com a sua identidade social. E ela manifesta-se de forma indelével na língua desse grupo, e mais especificamente na maneira como ela é usada nas interações interpessoais. A esse fenômeno corresponde o conceito de *cultura linguística*. Nos estudos de L2, a cultura linguística relaciona-se aos aspectos que revelam a identidade

psicossocial de um grupo falante: os padrões de pensamento, moralidade, ética, comunicação, comportamento, etc tal como podem ser percebidos através do uso que essa comunidade faz de sua língua.

No caso do português como segunda língua para estrangeiros (PL2E), são exatamente os aspectos da cultura subjetiva dos brasileiros que oferecem maiores dificuldades aos seus aprendizes. Isso porque a cultura subjetiva não é um conteúdo com regras claras que se possa expor, ensinar e, por consequência, aprender com facilidade; não é como o paradigma verbal que, por mais complexo que seja, pode ser exposto, decorado e mecanizado; não é como as regras de concordância nominal e de gênero que, embora nem sempre lógicas, podem ser listadas. A cultura subjetiva se esconde do próprio falante nativo, mitigada como regras “de boa convivência”, ou “de boa educação”, ou mesmo de “bom senso”. Como se boa convivência, boa educação e bom senso fossem universais. Longe disso.

Em situações multiculturais - situações sociais em que indivíduos de diferentes línguas e culturas interagem entre si - isso fica claríssimo. Numa típica aula de Português para Estrangeiros na PUC-Rio tem-se, em geral, ao menos 4 línguas de origem numa mesma turma: inglês, francês, espanhol e ao menos mais uma - que pode ser alemão, norueguês, sueco, japonês, chinês ou árabe, entre outras. Esse convívio faz com que o ensino da nossa língua leve em consideração as relações interculturais - as relações de interação entre indivíduos oriundos de diferentes culturas. Essa é uma situação de complexidade infinitamente maior do que a das salas de aula em que se ensina o inglês, ou o espanhol, para brasileiros. Neste caso, todos os aprendizes são falantes de uma mesma língua, imersos em uma mesma cultura, o que faz com que seus problemas em relação à cultura subjetiva da língua inglesa sejam semelhantes. Numa turma multicultural, como as de Português para Estrangeiros da PUC-Rio, é preciso que o professor leve em consideração não apenas os estranhamentos dos alunos em relação à cultura brasileira, mas também em relação às culturas dos respectivos colegas, de forma a desenvolver, neles, a *competência intercultural* necessária para a sua eficaz imersão no universo da cultura brasileira. É como uma Torre de Babel em que todos querem aprender o português e a maneira adequada de se comportar no Brasil. Complicado.

Não se pense, porém, que só existe multiculturalismo em situações envolvendo falantes de diferentes línguas. O português, por

exemplo, na medida em que é falado em quatro continentes - África, América, Ásia e Europa -, manifesta-se de forma diferente em cada país, numa relação direta com as respectivas culturas nacionais. Logo, um congresso da comunidade falante do português torna-se um evento multicultural, apesar de monolíngue. Num recorte ainda mais estrito, podemos dizer que mesmo dentro de um mesmo país ocorrem situações multiculturais - compare-se a cultura local de um baiano e a de um gaúcho, por exemplo, ou então a de um descendente de japoneses e a de um descendente de italianos. Convivendo em um mesmo evento - imagine-se um seminário sobre identidade pátria, por exemplo -, esses brasileiros estarão vivendo uma situação multicultural.

Ao pensarmos o português como uma L2 para falantes de outras línguas, precisamos então considerar as suas dimensões cultural e intercultural, uma vez que o seu ensino/aprendizagem se dá geralmente em ambientes multiculturais.

Senão, vejamos.

Vamos começar nosso passeio linguístico pelo léxico. Tome-mos um simples adjetivo: *vaidosa*. Na cultura brasileira, espera-se que uma mulher tenha um certo grau de cuidado com si mesma, cuidado este ao qual chamamos de vaidade. Ou seja, espera-se que uma mulher seja *vaidosa* - não confundir com *fútil*, *superficial*, *'perua*. Certamente já ouvimos alguém dizer "Não entendo o que ele viu naquela mulher horrorosa, sem vaidade nenhuma". Isso quer dizer que, na cultura subjetiva brasileira, *vaidosa* é uma qualidade tomada positivamente. Compare-se com *ambiciosa*, em geral tomada negativamente: se pensamos em uma mulher *ambiciosa*, pensamos logo em alguém que quer dar o golpe do baú, que quer enriquecer facilmente, que quer sempre mais. E isso é visto negativamente. Ao homem *ambicioso*, com facilidade chamamos de *carreirista* e *inescrupuloso* ao tentar atingir os seus objetivos. Claro que determinados contextos podem alterar completamente esses significados; mas isto é uma característica do português do Brasil em geral: o contexto determina os significados. Assim, pode-se aceitar uma afirmação como "Ela é *vaidosa demais*; ele vai gastar uma fortuna com ela"; mas para a negatividade ficar evidente, precisamos colocar um *demais* na frase. Da mesma forma, pode-se entender uma positividade em "Esse menino é *ambicioso* e vai vencer na vida um dia"; mas claramente a inferência é a de que o menino não teria condições intrínsecas para

poder vencer na vida - ou é pobre, ou não tem apoio em casa, ou algo do tipo -, e apenas graças à sua ambição, positiva por se opor à realidade negativa, poderá 'dar certo'.

Agora comparem-se as palavras *vaidosa* e *ambicioso* com a maneira como um falante de inglês as entenderia: na sua língua de origem, essas palavras têm exatamente a carga semântica oposta: *vain* é negativa, tendo a sua melhor tradução, no português por *fútil*, e *ambitious* é positiva, pois entende-se socialmente que a ambição leva ao sucesso, e a falta dela é o que faz com que um indivíduo seja um 'loser'. Em 1972, a famosa cantora e compositora Carly Simon lançou a canção "*You're so vain*", em que diz: "*You're so vain, you probably think this song is about you*", onde fica clara a referência a uma pessoa excessivamente autocentrada, excessivamente autoconfiante. Evidentemente, em outras culturas essas palavras poderão carregar outras conotações, o que dificultará, para o professor de PL2E com uma turma multicultural, a transmissão da exata conotação que elas assumem na nossa língua.

Mas mais difícil ainda, para os falantes de outras línguas, pode se conviver com as ambiguidades da língua portuguesa do Brasil. Tomemos como exemplo a palavra *malandro*. O que poderia ser, a princípio, um termo sempre negativo - malandro é aquele que não se esforça, que não quer trabalhar, que não quer colaborar com o grupo -, a figura social do bom malandro inverte radicalmente. Afinal, malandro é aquele que consegue, sem maior esforço, se dar bem, o que consegue as melhores oportunidades, o que alcança seus objetivos, o que conquista as mulheres mais lindas - sempre seguindo a lei do menor esforço. É portanto muito difícil, para um aprendiz de PL2E, diferenciar as inferências de 2 enunciados como "Enquanto o meu filho mais velho nunca falta à aula e estuda o tempo todo, o mais novo vive em frente à TV, não estuda nada, e não liga para as notas que vai receber. É malandro mesmo, o menino!" e "Enquanto meu filho mais velho nunca falta aula e estuda o tempo todo, o mais novo fez amizade com o melhor aluno da turma, faz trabalhos em grupo com ele, só lê a matéria na véspera das provas e acaba com notas muito mais altas do que o irmão. É malandro mesmo, o menino!" Na cultura brasileira, existe uma crítica embutida no primeiro enunciado e um elogio, no segundo. Mas isso absolutamente não é claro para alguém oriundo de uma cultura mais "dura", menos flexível do que a

brasileira, para quem uma palavra como *malandro* só poderia ter uma carga negativa. Até porque, em algumas sociedades, aproveitar os benefícios que trazem o fazer amizade com o melhor aluno da turma e o fazer trabalhos em grupo com ele pode ser interpretado como oportunismo e falta de ética, o que impediria a interpretação positiva do malandro tão naturalmente aceita no Brasil.

Fica claro que um professor de português será tão mais bem sucedido ao lidar com o léxico levando em consideração a carga de cultura subjetiva - de ideologia, de valores sociais - que as palavras carregam. Não se espera, obviamente, que o professor conheça todas as línguas e todas as culturas presentes em sua sala de aula; mas ele precisa estar alerta para o fato de que as palavras carregam cargas diferentes em diferentes culturas e deve, portanto, como um professor-observador, utilizar seus alunos como informantes dessas diferenças, criando-lhes o sentimento de que não basta traduzir palavras; é preciso traduzi-las no contexto cultural de suas respectivas línguas.

Vamos ao nível morfo-sintático.

O português do Brasil, como se sabe, tem um sistema de tratamento tríplice: *o senhor/a senhora, você e tu*. Mas o seu uso não é simples, como pode parecer à primeira vista. Chamar uma mulher *de a senhora* sem provocar embaraços demanda um sofisticado saber social: ela pode tanto ficar ofendida - “Está me chamando de velha?” - quanto envaidecida, entendendo que o seu interlocutor percebeu a sua ‘superioridade’ social. Da mesma forma, chamar um homem de *doutor* requer conhecimento da situação de comunicação em que se está inserido: se se trata de um recepcionista em relação a um cliente engratado, pode até soar adequado: “Doutor, o elevador é o da direita”; mas se for o contrário, ou seja, se for dito pelo cliente para o porteiro, muito provavelmente terá uma conotação crítica: “Doutor, qual o elevador que eu pego?” - provavelmente o porteiro estava distraído, alheio ao que acontecia na portaria, e, ao chamá-lo assim, o cliente o critica. Em resumo, formas de tratamento são janelas reveladoras da intimidade das relações interpessoais. E se essas relações e a forma como devemos nos dirigir ao interlocutor não são óbvias nem para nós, brasileiros falantes do português desde criancinhas, imagine-se para um aprendiz do PL2E...Numa turma multicultural, essa questão se torna particularmente complexa. Se considerarmos que no espanhol tem-se *usted e tu*, onde o uso de *usted* se aproxima do nosso *o senhor/a senhora* e o *tu*, do *você* do

português, pode-se perceber, com facilidade, que a confusão está formada. No francês, o *vous* e o *tous* também têm peculiaridades que não correspondem às do sistema do português. Já para os falantes do inglês, língua na qual todos os interlocutores são chamados de *you*, independentemente de diferenças sociais, etárias ou hierárquicas, o nosso sistema triplo é um emaranhado difícil de ser desfeito.

Com relação às flexões de palavras, nossa língua em geral privilegia positivamente os termos masculinos; um bom exemplo são os aumentativos expressivos - *solteirão x solteirona, grandão x grandona*, etc; e os diminutivos podem expressar carinho - “Que menininha bonitinha!”, mas também ironia - “Que mulherzinha chatinha!”. Evidentemente, isso não necessariamente se repete em outras línguas, e um aprendiz do PL2E pode não perceber, a princípio, por que uma mãe diria, orgulhosa, “Meu filho é grandão”, mas dificilmente diria “Minha filha é grandona”, mitigando essa característica com expressões como “Minha filha é alta”, “Minha filha tem porte de atleta”, etc. Já em outras línguas, não existe a mesma valorização do masculino.

Com relação às palavras derivadas, é preciso estar atento aos sentidos estendidos dos sufixos. Quando a nossa Presidente Dilma Rousseff fez questão de ser chamada de presidenta, ela não atentou para o conjunto em que se inseriu: a das palavras negativas e, muitas vezes, pejorativas: violenta, bolorenta, fedorenta, nojenta. Para o aprendiz de PL2E, esse sentido não está claro, e precisa ser apontado. Ou, na tentativa de aplicar a regra aprendida, mas no seu desconhecimento dos sentidos estendidos dos sufixos consagrados na língua, pode acabar construindo pérolas como “Sua torta está saborenta”.

A diferença entre a modalidade escrita e a falada do português do Brasil constitui um enorme dificultador para quem tenta entender os meandros da cultura linguística do nosso país. Se em um discurso semi-formal, jornalístico e/ou acadêmico, os pronomes relativos preposicionados são imprescindíveis - “O filme sobre o qual o comentarista discorre é XXX” -, na fala não formal eles estão desaparecendo quase que por completo: “Esse é o cara que ela gosta”. Até em peças publicitárias na mídia impressa, que procura falar a língua do consumidor alvo como forma de melhor atingi-lo, encontram-se exemplos desse tipo de construção. Mas como mostrar isso ao aprendiz de PL2E? E pior: como treiná-lo para produzir um tipo de construção escrita e outra, falada? Como fazê-lo entender que se ele disser “Aquela menina cujo irmão é lindo...” todos os seus interlocutores brasileiros

vão ficar olhando incrédulos e desconfiados do preciosismo? E que ele deveria dizer “Aquele menino que o irmão é lindo...”, mas que ele não pode escrever, numa prova da universidade, “Aquele presidente que o irmão é corrupto...”? Num contexto em que a maioria das línguas - ao menos as ocidentais - não têm uma diferença tão marcada entre fala e escrita, isso pode se tornar um problema quase intransponível.

O emprego dos tempos verbais é outra questão que merece toda a atenção. Terror da maioria dos aprendizes do português, as formas do subjuntivo consomem infinitas horas de aulas, exercícios, dúvidas, treinamento. Mas será que isso é mesmo necessário num contexto em que o falante nativo tende a evitá-las sempre que pode, ao menos na oralidade? Pois qualquer brasileiro preferirá dizer “Você quer (?), eu ponho isso no lugar” do que “Se você quiser, eu ponho isso no lugar”. Da mesma forma, sempre se preferirá dizer “Ela precisa ir logo” do que “É preciso que ela vá logo”. Reconhecer que o subjuntivo não é tão utilizado na modalidade oral do português do Brasil pode representar um enorme alívio para aprendizes do PL2E, que conseqüentemente precisariam ser treinados mais eficazmente para reconhecê-lo do que para produzi-lo - como sabemos, um nível de dificuldade bem maior do que simplesmente compreender. E, ao menos nesse caso, um ambiente multicultural pode auxiliar o professor: muitas das línguas de origem dos aprendizes do PL2E poderão ter um paradigma verbal mais simples, sem tanta presença do subjuntivo. Uma exploração intercultural do assunto pode, portanto, ser bastante útil.

Passando-se ao nível interacional, há muito a se considerar, pois as formas de interação interpessoal diferem imensamente entre as línguas.

Primo-irmão do subjuntivo, o modo imperativo implica não somente a dificuldade da forma - se considerarmos então a diferença entre a flexão positiva e a negativa, ui! -, mas principalmente uma questão de postura social, de relacionamento interpessoal. Ao menos na região Sudeste do Brasil, além de algumas outras regiões, o imperativo é evitado pelos falantes em virtude de trazer embutida uma noção de distância hierárquica, de autoritarismo. Assim, um professor jamais dirá a um aluno “Termine essa prova imediatamente senão eu a recolho”, mas sim “Termina logo essa prova ou eu recolho (ela)”. Um presidente de empresa que diga a um diretor “Entregue esse relatório amanhã” só o fará para dar ênfase à sua determinação numa

situação em que o diretor já tenha perdido o prazo algumas vezes; em uma situação cotidiana, ele diria “Entrega esse relatório amanhã”. Isso tem que ficar claro para os aprendizes do português do Brasil, ou então eles, tendo aprendido o paradigma do modo imperativo, vão querer utilizá-lo, claro; mas, ao fazê-lo, estarão passando por arrogantes e autoritários, sem saber disso. Da mesma forma, ao ouvir uma ordem enunciada na forma do presente do indicativo, provavelmente não vão entendê-la como ordem, mas como uma afirmação genérica. E não vão se sentir instados a fazer o que se lhes está pedindo. E aí...

As formas de polidez são outro ponto de abordagem necessária. Como nós habitualmente não usamos as formas consagradas de polidez como *por favor*, *muito obrigado/a*, *de nada*, *desculpe*, etc, os aprendizes de PL2E acabam achando que nós somos mal educados, rudes. Acontece que a nossa polidez tende a não se realizar pelo léxico próprio, mas sim por outros vocábulos ou ainda por outras construções, ora sintáticas, ora suprasegmentais, ora extra-linguísticas. Assim, ao invés de *por favor*, pode-se simplesmente olhar firmemente para o interlocutor e fazer uma pergunta iniciada com *Dá pra?*: “Dá pra você me trazer um saleiro?” ou então uma construção que expresse desejo: “Eu queria ver esse lenço”. Da mesma forma, um *de nada* pode ser substituído por um simples aceno positivo de cabeça, ou um toque no braço do interlocutor. Aos ouvidos do aprendiz de PL2E, nenhuma dessas formas alternativas soa polidez, pois na maioria das línguas as formas específicas são obrigatórias: não usar aquelas exatas palavras significa ser rude. Os falantes de outras línguas em geral não têm a capacidade de sequer perceber a polidez expressada na nossa forma tão brasileira; cabe aos professores mostrá-la aos seus alunos, torná-los sensíveis a essas manifestações de cordialidade.

Por fim, cuidemos de alguns comportamentos sociais extra-linguísticos.

Qualquer conversa no Brasil, formal ou informal, se inicia necessariamente com um introito de cunho pessoal: “Como vai a família?”, “Sua mulher melhorou da gripe?” “Seu filho passou no vestibular?”, “O jogo ontem foi o máximo, você viu?”. Isso não é comum em outras culturas nas quais ir direto ao ponto é demonstração de se estar encarando a situação com seriedade. Falantes dessas línguas tendem a estranhar, portanto, esse hábito brasileiro, muitas vezes achando que nós desperdiçamos tempo. Por outro lado, os brasileiros tendemos a achar uma abordagem mais direta como rude.

O toque corporal é outra questão bastante relevante. Na maioria das culturas ocidentais - assim como nas orientais e, ainda mais marcadamente, nas árabes -, o toque é ou interdito ou inapropriado. Em inúmeros países, o primeiro cumprimento, quando uma pessoa é apresentada a outra, não inclui nem mesmo um aperto de mão, mas apenas um aceno com a cabeça. Tocar o braço, encostar no vizinho em um elevador ou em um veículo coletivo, ficar demasiadamente próximo em uma fila são atitudes absolutamente rejeitadas e, portanto, evitadas. No Brasil, vivemos a cultura retratada no antigo comercial em que, num elevador, “sempre cabe mais um”. Todos podem tocar todos. Em situações não muito formais, não é estranho que pessoas que estão sendo apresentadas se cumprimentem, pela primeira vez, com 2 beijinhos - mulheres e mulheres, mulheres e homens, mas não homens e homens. No elevador, no ônibus, na feira, no show de música, todos se amontoam inescrupulosamente, sem qualquer constrangimento em se tocarem uns aos outros - não sensualmente, claro. Essa proximidade física tão natural para os brasileiros é extremamente incômoda para pessoas de outras culturas que estejam tentando se integrar à nossa. Cabe ao professor de PL2E explicar que esse contato não é sexual, na absoluta maioria das vezes nem sensual é; e que conseguir conviver com isso é um dos fatores que determinarão o tempo de acomodação à nossa cultura que cada um precisará ultrapassar, para poder se sentir confortável em *terra brasilis*.

O tom de voz e a expressividade facial são outros fatores de peso nas relações interculturais. Para a maioria dos aprendizes do PL2E, nós brasileiros falamos alto, muito alto. Em todas as ocasiões. E isso tende a ser considerado falta de educação. Da mesma forma, nossa liberdade em exprimir emoções, tanto nos enunciados verbais quanto nas expressões faciais, costuma criar embaraços. Se juntarmos os 2 comportamentos então - levantar a voz quando se está zangado, rir alto quando se está feliz, etc -, isso toma proporções incômodas para os aprendizes do PL2E. Não apenas porque falantes de outras línguas em geral não se expressam da mesma forma - há culturas mesmo em que esconder as emoções é uma exigência da polidez -, mas também porque, ao mergulharem na cultura do português, sentem-se incapazes de revelar seus sentimentos assim como nós, brasileiros, fazemos.

E assim por diante: mais do que uma questão puramente linguística, abordar as línguas como segundas línguas e, portanto, especificamente no caso da nossa língua, abordar, descrever, ensinar e

aprender o português como segunda língua para estrangeiros requer um olhar atento para as dimensões cultural e intercultural que determinarão a boa imersão do aprendiz na sociedade brasileira.

Cultural, multicultural, intercultural: o português como segunda língua para estrangeiros, o PL2E, é rico em aspectos que merecem a nossa identificação, observação, análise e categorização. Muito ainda há a ser estudado. Deixo aqui o desafio.

#### ABSTRACT

The description and the teaching and learning of Portuguese as a Second Language (PL2E) cannot be restricted to the language's formal matters, but must take into account aspects of our society's *subjective culture* which become visible in *cross-cultural* environments. For the teaching of PL2E in such an ambience to be effective it is also necessary to consider *cross-cultural competence* aspects so that the apprentice may adequately and successfully merge into the target language speaking group.

KEY-WORDS: Cultural; Multicultural; Cross cultural; Portuguese as a Second Language

## NOTA

<sup>1</sup>*Segunda Língua* é entendida, neste texto, não como a 2a.língua aprendida por um falante, considerando-se uma ordem cronológica de aquisição, mas sim como toda e qualquer língua diferente da língua materna aprendida depois desta. Assim, um falante de português que aprendeu, sucessivamente, o inglês, o espanhol e o mandarim, tem uma língua materna - o português - e três segundas línguas - o inglês, o espanhol e o mandarim.

<sup>2</sup>Os conceitos presentes neste artigo são frequentes na literatura do Interculturalismo, sendo utilizados por inúmeros pesquisadores. Por este motivo, abstenho-me aqui de citar autores e obras, o que tornaria a leitura cortada e talvez enfadonha, certa de que leitores interessados poderão com facilidade encontrar referências em uma breve consulta na internet.

---

Recebido em: 30 de março.

Aprovado em: 15 de abril